

FHC: REFORMA POLÍTICA.

Na representação dos Estados e no Orçamento

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, aproveitou a crise que atingiu o Congresso para defender o início de uma profunda reforma política que leve à implantação de um sistema eleitoral baseado no voto distrital misto e em uma nova proporcionalidade na representação dos Estados na Câmara. Ele também defende modificações na tramitação do Orçamento da União no Congresso, a partir de um rodízio na composição dos parlamentares da Comissão de Orçamento. Segundo o ministro, uma das primeiras medidas é impedir que um mesmo parlamentar participe por duas vezes consecutivas da discussão da proposta orçamentária na condição de integrante da Comissão.

Fernando Henrique disse ontem que defenderá esses pontos de vista em depoimento que realizará, na próxima quinta-feira, ao plenário do Senado. O ministro foi convocado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para fazer um balanço da política eco-

nômica do governo. "Vou destacar no Senado que a crise econômica não é apenas uma questão técnica, mas sim resultado da atual situação política. Acho que a atual crise criou a oportunidade para se discutir isso", afirmou.

Para Fernando Henrique, a ampla reforma política é a única maneira de se quebrar o que classificou de "poderosos poderes oligárquicos locais" que, ao seu ver, sustentam os esquemas de corrupção no Congresso e colaboraram para a perpetuação da inflação no Brasil. "Temos que combater todo um sistema que foi amarrado em torno da corrupção", defendeu. Para remover os poderes oligárquicos "incravados" na Comissão do Orçamento, o ministro vê como saída, além da reforma política, a mudança da proporcionalidade das bancadas da Câmara dos Deputados. "Defendo isso não como uma questão bairrista de São Paulo, mas como uma maneira de dar para cada Estado uma representação justa", explicou.